

Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular¹

Em Outubro de 2010 os proprietários das barracas de praia no cordão dunar que se estende da Praia da Saúde à Praia da Mata foram notificados pela CostaPolis para removerem as suas edificações.

De imediato, todos quantos desenvolvem o conhecimento e divulgação da Cultura dos Pescadores se uniram na tentativa de salvar este conjunto de edificações, consideradas muito importantes. O Dr. João Serrano deslocou-se de imediato aos palheiros e produziu a Folha Informativa nº 30. A Comissão da Cultura Avieira apoiou e enquadrou a causa da salvação destes palheiros em colaboração com a Comissão de Proprietários, entretanto criada.

Para divulgar a importância destes palheiros, está a ser organizado o **Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular**, que terá lugar pelas 15 horas do dia 27 de Novembro de 2010, no Hotel Costa da Caparica, na Av. General Humberto Delgado.

Nesse evento, que começa com uma visita, da parte da manhã aos Palheiros da Costa da Caparica e também aos da Cova do Vapor, terá uma sessão de debate público, a partir das 15:00 horas onde diversos especialistas irão expor as razões da importância patrimonial destes palheiros, defendendo a sua preservação e qualificação.

A destruição deste tipo de construções de arquitectura vernácula não é nada de novo no litoral português, estando assinalada em diversos locais – nomeadamente Mira – sendo apresentada como uma clara perda, quer para a cultura local, quer mesmo para o património imaterial da humanidade.

A coberto da evidente falta de condições para os seus residentes e do seu natural e justificável anseio por melhorias nas suas condições de vida, destruíram-se largas centenas deste tipo de habitações em todo o litoral, sem ter em conta o seu valor arquitetónico, cultural e histórico.

Na verdade, a destruição destas edificações da Costa da Caparica não é nada de novo, como a imagem abaixo demonstra. Aquelas edificações

¹ Documento de Trabalho do Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular, 27 de Novembro de 2010.

estendiam-se até ao centro da então vila nos anos 70/80, há menos de 40 anos.

Ilustração 1 - Av. General Humberto Delgado (anos 60/70)



O mesmo se podendo dizer em relação à Cova do Vapor, apesar de constituir uma realidade muito diferente por múltiplas razões.

Na minha experiência pessoal, na Costa da Caparica desde o meu nascimento em 1956, primeiro como “banhista” dos três meses de verão, depois residente de fins de semana e férias, e finalmente como residente permanente, tenho clara memória da presença destas “barracas” de forma mais ou menos contínua e com características comuns, apesar das diferenças, desde pouco depois da Trafaria até à Fonte da Telha, numa extensão de vários quilómetros.

A percepção que existia, e parece permanecer, é que se tratava de barracas de pescadores, barracas dos banheiros (a maior parte das vezes também pescadores), barracas de comida, barracas de aprestos, etc. edificações sem arquitectura, pobres nos materiais, em palavras duras e directas: coisas sem valor.

No Planeamento Linguístico, uma das três áreas de investigação e acção é a do Estatuto. Pode-se dizer que está relativamente bem estudada, sendo clara a influência da percepção social do estatuto das línguas, as que são oficiais, as que têm um estatuto socialmente percebido como dominantes, logo vantajosas, e, claro, as outras, de comunidades percebidas como não influentes. Estas são as que desaparecem (Cooper, 1989).

O mesmo se passa com os falares regionais, na forma como uma “pronúncia” marca o seu falante, sendo aqueles que socialmente são percebidos como de menor prestígio os que irão desaparecendo por influência da norma, estabelecida a partir do falar das elites, logo, de maior prestígio.

Perdoem-me esta digressão pelas águas que me são mais familiares, mas é o exemplo que posso confortavelmente oferecer para melhor enquadrar a Arte Popular e compreender o processo pelo qual estas realidades objectivas passam despercebidas, apesar de estarem obviamente tão presentes.

Estas barracas são avaliadas como sem valor apenas por constituírem expressão cultural dos “mais pobres entre os pobres”. A percepção depreciativa advém da percepção do seu estatuto social.

No entanto, ao mesmo tempo, reconhecemos as mesmas edificações numa quantidade enorme de casos da exploração do seu valor icónico e identitário, seja constituindo cenário de telenovelas, revistas de moda, revistas turísticas, mesmo em postais de turismo da Costa da Caparica onde são tituladas como Casas Típicas da região.

Fomos assistindo nas últimas décadas à sua destruição gradual, umas vezes por acção das intempéries, outras pela acção humana, em nome do desenvolvimento, em nome da qualificação da habitação dos pescadores. A sua utilização contínua como símbolos identitários devia ter-nos alertado para a sua importância, mas a verdade é que na Costa da Caparica apenas restam 45 destas edificações.

1. Os Palheiros

Desde os finais do séc. XIX que os pescadores, as suas redes, barcos, casas, etc. eram identificados e se chamava a atenção para a sua importância.

Investigadores de várias áreas científicas, nomes como Baldaque da Silva (Silva, 1891), Leite de Vasconcellos (Vasconcelos, 1941), Jaime Cortesão (Cortesão, 2009), Veiga de Oliveira, Fernando Galhano (Oliveira, Galhano, & Pereira, 1994), Orlando Ribeiro e, fundamental para o assunto que aqui nos traz, Raquel Soeiro de Brito, autora da obra seminal “Palheiros de Mira” (2009a) publicado pela primeira vez em 1960.

Ao mesmo tempo, nas artes, são inúmeras as pinturas, assim como referências literárias, tão explícitas e variadas como Raul Brandão, António Botto, Alves Redol ou José Saramago.

Nos dias de hoje estamos perante uma evidência que qualquer pessoa pode testemunhar com os seus próprios olhos nos locais, ou através de uma busca rapidíssima na Internet: existe realmente um contínuo deste tipo de edificações em toda a frente atlântica portuguesa, assim como nos estuários do Tejo e Sado, expressão das comunidades de pescadores que povoaram os areais.

Apresento as seguintes quatro fotos que documentam fácil e claramente essa continuidade dos palheiros:

Ilustração 2 – Palheiros da Costa Nova



Ilustração 3 - Palheiros de Mira, a igreja.



Ilustração 4 - Palheiros da aldeia avieira de Palhota, Cartaxo



Ilustração 5 - Palheiro da Costa da Caparica



No domínio da arquitectura, este tipo de edificações tem também despertado trabalhos do maior interesse, nomeadamente em torno da versão palafítica das aldeias avieiras da Borda d'Água (Gaspar & Palla, 2009) e que têm contribuído para a tipificação dos palheiros e mesmo, por exemplo através da intervenção dos Arquitectos Sem Fronteiras, na tentativa de encontrar modelos de requalificação dos palheiros existentes ou mesmo de modelos para a construção de novas edificações que respeitem a identidade dos conjuntos já existentes.

Os Arquitectos Sem Fronteiras – Portugal já manifestaram o seu apoio aos proprietários dos Palheiros da Costa da Caparica para produzirem as orientações técnicas de qualificação destes palheiros, garantindo a preservação da sua identidade.

Também Raquel Soeiro de Brito (2009b) assinalou essa importância já nos anos 60 do século passado.

2. Os Palheiros como Património

Por todas as razões que temos vindo a apresentar, podemos então concluir que os palheiros constituem uma das formas de expressão da cultura dos pescadores, que naturalmente se inscreve na cultura popular portuguesa.

Apesar da discriminação que todas as formas de cultura popular sofrem, especialmente comparadas com as suas congéneres eruditas, já não é polémico o seu valor. Podemos encontrar isso na arte ou na ciência. Não é novidade.

É também pacífico que a par do valor histórico desses “objectos”, das casas, barcos, apetrechos de pesca, etc. que a musealização criada em diversos locais, como por exemplo Mira, existe ainda um outro valor, que se acrescenta, e que é o valor social, identitário, de memória de uma comunidade.

O litoral sempre constituiu numa convergência de povos, de contacto entre múltiplas comunidades. Foi assim no passado e continua a ser no presente. A pesca e a rede de comercialização do pescado é um exemplo dessa interacção, mas a procura do litoral, especialmente a partir do século XX não teve tanto a ver com a pesca como com outros tipos de motivação, especialmente acompanhando a disseminação da praia como hábito individual e colectivo.

Na Costa da Caparica, os banhistas, os veraneantes, foram interlocutores e cúmplices dos pescadores desde muito cedo, havendo registos evidentes já no século XIX. Partilhavam ou alugavam as casas dos pescadores, havendo igualmente registos de que construíam casas de pescadores. Podiam – e construíram também – outro tipo de casas, mas houve quem reproduzisse os palheiros, partilhando a vivência dos pescadores nos areais, em vez de construir um “chalet” na vila.

Esta é uma outra realidade que temos de absorver. Os Palheiros são um tipo de edificação e não uma casa que tem de ter um proprietário que seja pescador. A questão da propriedade do palheiro não tem qualquer relevo nesta discussão.

Se há um traço constante e identitário na Costa da Caparica é o isótopo dos pescadores, que tem também de ser compreendido integrando a sua

relação com os outros utilizadores do areal – os banhistas – com quem partilhavam uma relação particular com a natureza e também com a liberdade.

Penso que quase toda a gente que frequentou a Costa da Caparica, antes dos tractores entrarem na faina, ajudou os pescadores a puxarem as suas redes do mar, arrastando o saco prateado vibrante de peixe através do mar, até sair da espuma das ondas para o areal. Nada era mais natural para banhistas ou pescadores.

Nos dias de hoje, durante o verão, a Costa da Caparica é atravessada por centenas de milhares de pessoas que procuram as suas praias. O seu número cresceu com o fácil acesso das duas grandes cidades vizinhas: Almada e Lisboa, ao contrário do número e importância dos pescadores, que não cessam de diminuir.

A memória da Costa da Caparica é composta por todas estas vertentes. É este passado que lhe confere a sua identidade, a sua razão de existir. Os palheiros são uma parte fundamental dessa memória, dessa identidade e também dessa razão primordial, dessa narrativa ordenadora do território, quer no plano físico, quer também no plano imaterial, do simbólico ao saber, incluindo o de nós-próprios.

Os palheiros são património da Costa da Caparica, a sua explicação e também o símbolo da sua fundação. Mesmo sabendo que objectivamente estas edificações são relativamente recentes, na sua maioria das décadas de 40 e 50 do século XX e que os seus proprietários não são pescadores.

Sabemos que estes palheiros estavam implantados junto à Cova do Vapor, na Lisboa Praia. Devido aos avanços do mar, eles foram sendo transportados pelos 6 km de areal, um a um, sobre troncos de madeira e puxados primeiro por juntas de bois, alugadas na Charneca da Caparica e depois por um pequeno tractor. Este empreendimento foi contratado a um comerciante da Cova do Vapor, o Manuel da Fruta, cujos filhos são ainda testemunhos vivos, sendo um deles membro da Associação de Moradores.

Este pedaço de história da Costa da Caparica tem vivido numa situação de indefinição legal. Por um lado, são identificados e registados legalmente os seus proprietários, desde o início. Não há nenhuma ilegalidade. Por outro, devido à sua localização, vivem numa zona de indefinição, em que, ao contrário dos outros proprietários do país, não têm propriedade sobre o terreno.

Esta situação é também frequente nas aldeias avieiras, onde as Câmaras Municipais não conseguem abranger nos seus PDM os terrenos que pertencem à Administração da Região Hidrográfica do Tejo. Os proprietários são donos das casas, mas não dos terrenos.

Considerando que desde 1991 não é permitido aos proprietários destes palheiros fazerem obras de manutenção ou de qualificação nas suas casas, parece que a orientação que tem presidido, apesar de não ser explícita, é a de ver estes palheiros irem sendo destruídos pela acção do tempo.

A acção da CostaPolis não é completamente dissonante, apenas acelera e explicita o objectivo de destruir os palheiros.

Parece, assim, claro, que a raiz do problema reside na identificação do valor patrimonial dos Palheiros e na consciencialização de todas as autoridades para a importância destas identificações para a Arte e Arquitectura Popular, para a Cultura dos Pescadores, em particular, e sobretudo para a própria identidade e história da Costa da Caparica.

O Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular pretende apresentar ao público em geral e à comunidade capariquenha em especial, os autores e investigadores que têm estudado este tipo de património há várias décadas, demonstrando assim o seu valor.

Estarão também presentes autarcas de outras terras de pescadores, como Vieira de Leiria e Mira, que testemunharão a sua experiência, a qual presentemente passa pela preservação e qualificação dos palheiros que sobreviveram à destruição de décadas anteriores.

3. Desenvolvimento e identidade

Já percebemos quais são as razões que levam a maior parte das pessoas, e infelizmente os decisores também, a desvalorizar o património de origem popular. Vimos como essa falta de sensibilidade para com o valor destes palheiros, não os diferenciando das barracas de um qualquer bairro ilegal urbano, conduz à destruição deste património.

Normalmente, essa destruição é feita em nome do desenvolvimento. Não é difícil de reconhecer a bondade deste argumento. Os palheiros dos pescadores são edificações muito pobres, sendo natural que os seus habitantes ansiassem por melhores condições de habitação.

Essa contingência, a necessidade de proporcionar melhores condições aos residentes, foi a força motora que conduziu à destruição dos palheiros, aliada à percepção – errada, como já vimos – de que se tratavam de edificações sem valor.

Se é fácil aceitar a necessidade de melhorar as condições de habitabilidade, a verdade é que não seria necessário destruir os palheiros. Existiam muitas soluções de qualificação dos palheiros, especialmente recorrendo a novas tecnologias de construção. Assim se tivesse percebido que os Palheiros são valiosos.

A Professora Raquel Soiero de Brito afirma que se não se tivessem destruídos os Palheiros de Mira, mais de 300, hoje seriam possivelmente considerados Património da Unesco. Isto é um valor.

O caso destes palheiros na Costa da Caparica é muito diferente. Os seus proprietários têm meios para a sua qualificação, sendo, na sua esmagadora maioria, casas de férias e de fim de semana. Não havendo casos sociais a resolver.

A questão aqui é, primeiro, a insensibilidade ao seu valor patrimonial, e, segundo, o conceito de desenvolvimento que tem sido dominante.

A Costa da Caparica é relativamente recente, Mário Silva Neves (2008, p. 64), através da pesquisa de óbitos de pescadores na Costa de Caparica, apresenta documentação desde 1736. Sempre houve – e ainda há – registo de pescadores provenientes do Algarve e Pescadores provenientes do Norte.

Mário Silva Neves apresenta ainda (p. 66) uma reprodução de um original datado de 1740: “Nova Relação da Batalha Naval, que Tiveram os Algarvios com os Saveiros nos Mares, que confinaõ com o Celebrado Paiz da Trafaria”. Curiosamente, por muitos anos, a linha divisória dos pescadores do norte e do sul era a presente Rua dos Pescadores, onde presentemente residio.

De destacar, ainda na referida investigação de Certidões de Óbito, a tragédia ocorrida a 2 de Fevereiro de 1750 que vitimou sete pescadores, sendo

6 de Ílhavo e um da Galiza. Este último pode ser importante para a tese defendida pelo proeminente investigador Alfredo Pinheiro Marques (2004).

Esta afluência de pescadores para os areais da Costa da Caparica é explicada no contexto migratório quer do Norte quer do Sul, estando, no primeiro caso, intimamente relacionada com a evolução da linha de costa e a sua influência na região lagunar de Aveiro (Souto, 2003).

De qualquer das formas, é preciso ter em consideração a grande mobilidade das comunidades de pescadores e a sua sazonalidade de fixação. Apesar disso, as provas das certidões (óbitos, nascimentos e casamentos) parecem apontar os inícios do século XVIII. Apesar de recente, é anterior aos EUA.

Não é nosso propósito fazer agora uma resenha da história da localidade, nem essa é a minha especialidade, porém, parece indiscutível a categoria fundacional dos pescadores na Costa da Caparica.

No entanto, há que ter também em conta a tradição banhista, ou balnear, claramente documentada pelo menos desde o século XIX, da Trafaria à Fonte da Telha. Aponto o exemplo da inauguração, em 1901, pela Rainha D^a Amélia, esposa de D. Carlos, da primeira colónia balnear portuguesa, na Trafaria, numa continuidade evidente até aos dias de hoje, onde, além das praias, a talassoterapia também já faz parte dos empreendimentos locais.

Pescadores e veraneantes comungaram no amor ao mar e à natureza numa relação de liberdade que pude testemunhar pessoalmente, mas que se inscrevia numa tendência claramente crescente.

A pressão do verão aumentou, depois os residentes de 2^a habitação e já no último quartel do século XX, muitas das segundas habitações foram aproveitadas pelos filhos para residência permanentemente. A forte urbanização atraíu ainda mais residentes, tendo, pelo censo de 2001, 6330 habitantes, mas pelos números da Junta de Freguesia são 11708, sendo 7800 emigrantes e ainda uma população flutuante nos meses de verão que a Junta estima em cerca de 35000. Foi elevada à categoria de cidade em 9 de Dezembro de 2004.

A par deste crescimento, a comunidade dos pescadores tem sentido as dificuldades que a pesca artesanal tem sofrido nas últimas décadas e que decerto todos temos acompanhado nos média nacionais. Ainda no início deste

ano de 2010 o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul na Costa da Caparica, Lídio Galinho, denunciava que metade das 400 famílias de pescadores da Trafaria à Fonte da Telha passavam fome.

Os pescadores são hoje uma minoria na Costa da Caparica, sem capacidade económica competitiva com os outros interesses locais como a restauração, hotelaria, construção civil, etc

Na Costa da Caparica de hoje há ainda outros grupos sócio-culturais importantes, alguns provenientes da emigração (africana, brasileira, etc.), outros, como os ciganos, apesar da sua mobilidade característica, constituem uma importante comunidade residente.

Não é nosso objectivo, também, escarpelizar a forma como se chegou até à situação presente, nem apresentar uma análise das características e especialmente da situação presente das comunidades residentes (apesar de se verificarem situações muito dramáticas). Também não é nosso objectivo debater a forma como o desenvolvimento e o progresso foram entendidos anteriormente. Não se pode voltar atrás. Apesar de ser proveitoso compreender como chegámos até aqui.

A questão, hoje, parece-me ser a discussão de como e para onde partiremos com aquilo que temos. Que futuro estamos a construir?

O percurso de suburbanização e descaracterização da Costa da Caparica é evidente. Por outro lado, durante os meses de verão, a cidade multiplica os seus residentes e é passagem de milhões de habitantes de Almada e Lisboa.

Temos alguma coisa a ganhar com a preservação da identidade, ou, pelo contrário, devemos abraçar uma modernização descaracterizada, familiar a todos em geral, mas a ninguém em particular?

Bem conheço a desconfiança dos agentes económicos em relação às coisas da cultura, gastos sem lucro, pelo menos directos. Ponho à vossa consideração um caso que considero exemplar: o Hotel Praia do Sol.

Esta unidade hoteleira situada na Rua dos Pescadores, tem de competir com outras muito mais modernas e apetrechadas que entretanto se estabeleceram na região. Qual a estratégia de marketing? Este foi o 1º Hotel a Sul do Tejo, investiram na identidade, organizam exposições da Costa Antiga, dos pescadores, editaram um desdobrável e também um bonito livro com a

história do hotel. Eles têm uma identidade, e isso tem o seu valor. São uma empresa privada, naturalmente orientada para o lucro. Na sua análise SWOT, a identidade é uma força, um valor.

Apesar do enorme benefício que a Sociedade CostaPolis introduziu na cidade, a queixa mais habitual dos residentes é a falta de identidade, especialmente nas novas edificações de apoio às praias. Os turistas também referem esse aspecto. Foi publicada uma carta de turistas alemães que diziam que, apesar dos ganhos no ordenamento e limpeza, a verdade é que podiam estar em qualquer praia de qualquer país.

A identidade, a memória, têm um grande valor competitivo, especialmente no turismo, que é uma clara vocação da Costa da Caparica. Sabe-se que, cada vez mais, o turismo procura conteúdos, história, contacto com outras realidades humanas. Afinal, não há aqui uma contradição, antes uma complementaridade que reforça o valor acrescentado de um destino.

Os palheiros da Costa da Caparica têm provado ao longo dos anos exercer essa atracção simbólica, identitária, singular, como o seu aproveitamento em revistas, telenovelas, videoclips, etc. demonstram.

Os proprietários não solicitam verbas públicas para a sua qualificação. Comprometem-se a qualificar os palheiros segundo directrizes modelares definidas pelos Arquitectos Sem Fronteiras – Portugal e comprometem-se ainda no trabalho de reconstituição da memória das casas e suas famílias, destinada à publicação e da qual sairá um panfleto turístico, com um percurso explicativo.

Fica então claro como estão os pratos na balança da decisão: De um lado, a destruição dos palheiros. De outro, a sua qualificação e também o início de um percurso de reforço identitário da Costa da Caparica, que, não prejudicando ninguém, pode beneficiar todos.

Em vez de simplesmente fazer desaparecer este conjunto importante de edificações, e com ele esta parte da memória, este legado cultural, o projecto é também começar a trabalhar na cultura local dos pescadores, integrando casas, barcos, folclore, etc. tal qual se vem fazendo com a Cultura Avieira com assinalável sucesso.

A Comissão da Cultura Avieira é um exemplo extremamente positivo do papel da sociedade civil e da cidadania. Um exemplo que contraria a

percepção generalizada. A sua participação nesta causa dos Palheiros da Costa da Caparica vem trazer um exemplo de esperança no papel dos “homens de boa vontade” e nos resultados da cooperação para objectivos socialmente responsáveis e enriquecedores da nossa vivência enquanto povo e enquanto cidadãos.

Bibliografia:

- Brito, Raquel Soeiro de. (2009a). *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Praia de Mira*: Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque CEMAR.
- Brito, Raquel Soeiro de. (2009b). *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores [1960]* (Reedição Facsimilada Com um Post Scriptum da Autora, da Edição de 1960 do CEG-UL ed.). Praia de Mira: Centro de Estudos do Mar - CEMAR.
- Cooper, Robert L. (1989). *Language Planning and Social Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cortesão, Jaime. (2009). *Mira: A Batalha das Dunas*. Mira: Centro de Estudos do Mar - CEMAR.
- Gaspar, Pedro Manuel dos Santos Lima, & Palla, João. (2009). Construções palafíticas da bacia do Tejo : levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira. *Artitextos*(8), 153-174.
- Marques, Alfredo Pinheiro. (2004). *Portugal, Galicia e o Mar: Os Pescadores e as Orixes dos Descobrimentos Portugueses*. Paper presented at the Até o Confín do Mundo: Diálogos Entre Santiago e o Mar, Vigo.
- Neves, Mário Silva. (2008). *Costa da Caparica, no Areal do Tempo*. Costa da Caparica.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, & Pereira, Benjamim. (1994). *Construções Primitivas em Portugal* (3ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Silva, António Arthur Baldaque da. (1891). *Estado actual das pescas em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Souto, Henrique. (2003). Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas. *GeoINova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, FCSH/UNL*(Nº 8), 165-177.
- Vasconcelos, José Leite de. (1941). *Etnografia Portuguesa* (Vol. Vol. III). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.